



**PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE CURSO PSICOLOGIA**

ALICE PUGLISI DE PAULA SOUZA

**INVISIBILIDADE RACIAL, SILÊNCIO DA SUPREMACIA BRANCA E
ANTIRRACISMO: A BRANQUITUDE BRASILEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES, UMA
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DO CANAL FUTURA**

São Paulo, 2021



**PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE CURSO PSICOLOGIA**

ALICE PUGLISI DE PAULA SOUZA

**INVISIBILIDADE RACIAL, SILÊNCIO DA SUPREMACIA BRANCA E
ANTIRRACISMO: A BRANQUITUDE BRASILEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES, UMA
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DO CANAL FUTURA**

Trabalho de Conclusão de Curso, realizado como exigência parcial do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Área de concentração: Psicologia Sócio-Histórica
Orientador: Prof. Dr. José Agnaldo Gomes

SÃO PAULO, 2021

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um marco histórico para mim, representando muito da minha trajetória no curso de Psicologia, como o que pretendo do meu futuro como psicóloga.

Agradeço meus pais, Luciana e José Álvaro, por sempre buscarem me proporcionar ter uma consciência crítica sobre a minha realidade. Agradeço também por apoiarem meus estudos e minhas determinações.

Agradeço meus amigos da PUC, por compartilharem as vivências desse curso intenso coletivamente. Em especial, Veridiana e Verônica, por serem participantes ativas nesse questionamento sobre a psicologia, nosso dever e principalmente por abarcarmos juntas uma tentativa de nos questionarmos sempre e sermos críticas umas com as outras.

Agradeço as professoras Ana Maria Mêrces Bock e Maria da Graça Gonçalves por me apresentarem a Psicologia Social, em especial a sócio-histórica e de uma forma didática ensinarem a todos o compromisso da psicologia com a desigualdade social. Para mim é um marco quando descubro as potencialidades e dificuldade do trabalho com a Psicologia Social.

Agradeço a Beatriz Brambilla, por proporcionar de uma forma ética e aprofundada as eletivas que fizeram com que eu escrevesse este trabalho. Além de ser uma inspiração como profissional sou profundamente grata pela sua forma de agir politicamente com a psicologia, entendo que ainda tenho muito a aprender.

Para finalizar, quero agradecer o professor José Agnaldo Gomes. Meu orientador, que desde que o conheci na disciplina Psicologia Social, compreendi o significado de um profissional que trabalha a todos os momentos com um propósito. Um professor que proporciona um lugar de aprendizado que inspira potência de ação e compromisso ético-político. Obrigada por acreditar, por me escutar e pelo companheirismo em discussões que não são fáceis de ter. Muito do que este trabalho se transformou eu agradeço a você.

Área de conhecimento: 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

Título: INVISIBILIDADE RACIAL, SILÊNCIO DA SUPREMACIA BRANCA E ANTIRRACISMO: A BRANQUITUDE BRASILEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES, UMA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DO CANAL FUTURA

Orientando: Alice Puglisi de Paula Souza

Orientador: Prof. Dr. José Agnaldo Gomes

Ano: 2021

Resumo: O presente trabalho faz uma retomada histórica sobre o colonialismo no Brasil, entendendo que a partir da colonização a raça se torna o critério fundamental e estruturante para a distribuição de poder na sociedade. O eurocentrismo é a ideologia que aliena a sociedade para pensar o branco como superior e o negro como inferior. O racismo é o fenômeno que afirma a concepção de supremacia branca, os brancos o utilizam como uma forma estratégica de se manter no poder. Com isso, a branquitude é o lugar que os brancos se colocam na sociedade, tendo privilégios raciais simbólicos e materiais, de forma não-marcada e não-nomeada. Nesse sentido, há uma não implicação dos brancos na história de opressão brasileira, permeada com um silêncio sobre as relações raciais, o que desfoca a responsabilidade dos brancos sobre a questão. Uma das características da branquitude, é a invisibilidade racial, que por entender-se como ser humano universal, não se compreende como sujeito branco que está em uma posição privilegiada e opressora. Na pesquisa, pretendo através das entrevistas sobre branquitude no Canal Futura abrir um diálogo transversal sobre o tema. Buscando analisar as operações da branquitude na atualidade, pensando em sua forma estrutural, sua manifestação subjetiva da construção da identidade branco e como se mostra pelos padrões sociais de poder. Compreende-se que para que o racismo diminua é necessário que o silêncio sobre o tema e a superioridade racial acabem, responsabilizando os brancos para que eles possam adquirir um posicionamento antirracista.

Palavras-chaves: Branquitude, Decolonialidade, Racismo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: PERCURSO BIOGRÁFICO E O COMPROMISSO PELO ROMPIMENTO COM O PACTO RACISTA.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
BRANQUITUDE: ASPECTOS CONCEITUAIS	16
PSICOLOGIA E BRANQUITUDE: DESCONSTRUÇÃO A PARTIR DO RECONHECIMENTO E DA CRÍTICA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	21
MÉTODO	26
ANÁLISE: CATEGORIAS DE SIGNIFICAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

APRESENTAÇÃO: PERCURSO BIOGRÁFICO E O COMPROMISSO PELO ROMPIMENTO COM O PACTO RACISTA

Começo esse projeto de pesquisa do mesmo modo que Lia Vainer Schucman (2012) começou sua tese de doutorado: Rompendo o Pacto Racista. Isso significa colocar o branco em questão. Ou seja, me colocar como sujeito que também está implicado na questão da branquitude. Entendo que é fundamental que os pesquisadores de psicologia compreendam o lugar social e subjetivo que ocupam. Desse modo falo do lugar de uma mulher, branca, classe média, descendente de europeus.

Em uma pesquisa que significa minha conclusão de curso, penso que a escolha do tema diz muito sobre a minha trajetória em psicologia e meu futuro como profissional. Sempre me interessei muito pela Psicologia Social desde que ela se fez presente na minha graduação.

Foi devido a duas disciplinas eletivas sobre descolonização que minha consciência se expandiu sobre questão do Brasil na atualidade. Entender que nós ainda estamos em uma estrutura colonial em diversos aspectos, e que o poder racial ainda envolve todas as condições sociais brasileiras me fez pensar em *modis operandis* da sociedade que antes, no meu olhar ingênuo, eu não entendia os porquês. Foi uma conscientização do que eu significava na sociedade, como mulher, branca e de classe média.

Compreendi que eu representava a supremacia branca, e não só, fui criada e agia, conseqüentemente, para que ela se mantivesse funcionando. Por isso, fui entender a negritude e o poder de transformação que o movimento negro tem para a sociedade, em um sentido de valorização e construção de uma identidade libertadora.

Por mais que eu compreendesse que fazia parte do grupo opressor não entendia como modificar essa própria estrutura em mim mesma, e penso agora, que também não tinha forças para abrir mão do que tudo isso significava. Mas, fui a fundo por ser uma questão que me desestabilizava constantemente, num esforço consciente de me enxergar e enxergar a sociedade. Conversei durante um congresso, com uma aluna de Doutorado, negra, que escrevia sobre as desigualdades raciais dentro da instituição PUC-SP. Ao indagá-la sobre meu lugar no movimento, na condição de mulher, branca, estudante de psicologia e com anseios de pesquisadora, a resposta foi categórica: “Pesquise a branquitude”.

Agradeço-a por ter me apresentado ao meu lugar, porque para mim, a questão racial era uma questão do negro, e não uma questão do branco, por representar o opressor. Uma mulher negra teve que me avisar que não era com a negritude que eu precisava me aprofundar, mas sim, com a minha própria identificação social. Me identificar como racista é fundamental para eu desconstruir a supremacia branca encarnada em minha subjetividade, e como é difícil desconstruí-la. Esse episódio que acabo de descrever diz algo sobre o que é a branquitude: a invisibilidade racial do branco é uma das suas maiores estratégias para se manter no poder, ou seja, sua não implicação no racismo. E invisibilidade para quem? Somente para os brancos que não querem assumir suas próprias estratégias de se manter no poder, isso me incluindo como alguém que por muitos anos não conseguia, não queria enxergar exatamente essa estrutura que eu aplicava em minha identidade, mas que, para todas as outras raças que a branquitude oprime, está bem delineado o poder da branquitude em suas vidas desde os primórdios de uma socialização. Demorou para eu compreender o significado do ser branco e qual deveria ser minha ação sobre isso.

A partir do momento que começo a ler sobre as questões da branquitude, memórias de infância começam a aparecer, coisas que eu nem lembrava. Quando criança, por volta de quatro anos, achava meu irmão mais bonito do que eu por ter a pele mais branca, ficava com raiva do meu pai por ter puxado a cor de pele dele. E mesmo pequena, por ter ancestrais europeus, eu me sentia superior, de alguma maneira, me sentia europeia e não brasileira. Em um lugar em que todos tinham ascendentes europeus, era uma pergunta de recreio perguntar a origem familiar, a ascendência geográfica. Quanto mais branco e mais europeu fosse a resposta mais a pessoa se sentia feliz, e mais eu achava aquela pessoa merecedora.

Essas memórias expõem como a ideologia dominante se impõe sobre nós antes mesmo de nos identificarmos como sujeitos. Historicamente devemos partir de uma constatação: o pensamento colonizado produz e reproduz formas de relação estruturadas nos preconceitos e racismos como expressão institucionalizada de uma violência assumida naturalmente no cotidiano. No bojo do conquistador, se encontrava o modelo de opressão e expropriação da alteridade e a imposição de uma superioridade europeia. Com isso, a raça é a forma mais eficaz de reproduzir essa ideologia, como veremos no trabalho escrito abaixo.

Ao colocar essas memórias exponho, mesmo que brevemente, os privilégios simbólicos que tenho por ser branca. Além de recursos materiais de que disponho por ser branca e de classe média. Quero apontá-las como uma forma de denúncia do racismo que está internalizado dentro de

mim. E para além disso, afirmar que hoje em dia a questão do racismo é minha maior luta de desconstrução e meu compromisso. Esse compromisso se articula com minha biografia e com a psicologia, portanto parte de motivações pessoais (esfera privada) e acadêmicas (esfera pública). Em que esse trabalho foi uma das formas de tentar conseguir modificar minha própria ação como branca na sociedade, compreendendo que não adianta eu ter noção da minha branquitude sem agir, sem implicar a noção política e de direitos sociais. Onde eu preciso me aliar aos negros e aos movimentos políticos que lutam contra essas formas de opressão, trabalhando no meu microcosmos, mas nunca sozinha e rodeada somente de brancos.

Me expor significa quebrar o “Pacto narcísico” descrito por Maria Aparecida Silva Bento (2002), quebrando o silêncio que nós brancos mantemos sobre a questão racial para nos mantermos intactos como grupo, me enxergando como constituinte desse poder. Quando ficamos em silêncio tiramos toda a responsabilidade que temos com o racismo. Se nós não compreendermos a nossa implicação na estrutura racista e desigual que temos, ela vai continuar a mesma.

Por isso, esse introito é de grande importância, ele mostra o quanto temos que caminhar para constituir um projeto antirracista no país. Levando em consideração a minha história, mas também a atualidade brasileira. É urgente que nos juntemos contra essa crescente onda conservadora que alimenta a ideologia da supremacia branca. Esse tipo de poder sempre aconteceu no Brasil, mas não podemos deixar que continue a ser uma política de Estado, em que o genocídio da população negra e indígena é fato.

INTRODUÇÃO

Para introduzirmos o trabalho faço uma breve retomada histórica do conceito de raça, da colonização e do eurocentrismo. Para isso, utilizo o texto “A colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” de Aníbal Quijano (2005). A ideia de raça se inicia com a colonização da América para exploração econômica, estrutura que contempla um instrumento de classificação social universal da população mundial. Isso acontece na medida em que os europeus precisam legitimar as relações de dominação impostas pela conquista dos territórios; assim, a raça vem como um instrumento de classificação para neutralizar as relações coloniais de dominação entre os europeus e não europeus. Com isso, a situação dos povos dominados era naturalmente inferior, conseqüentemente, todas as suas produções culturais, fenótipos, sua experiência ou crença era também diminuída e inferiorizada. Desse modo, a raça é o critério fundamental e estruturante para a distribuição de poder na sociedade. Porque é pela raça que eles conseguem justificar a exploração colonial e seus interesses econômicos, legitimando suas formas de poder pelo fator de serem superiores racialmente aos outros povos.

Ao compreender a história do capitalismo, se vê pela primeira vez na história um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Na Europa, por possuírem o controle de todo tráfico comercial mundial, é impulsionado um processo de urbanização e do desenvolvimento de um mercado regional integrado, graças aos recursos vindos das colônias. Mas, enquanto isso, todas as outras regiões colonizadas ou em curso de colonização, sob o domínio europeu, tinham relações não-salariais e o poder de controle das mercadorias, das decisões e do recebimento dos benefícios cabia à Europa Ocidental. Nessas regiões quem ganhava salário eram quase exclusivamente os brancos.

A condição da Europa como centro do capitalismo mundial fez com que ela pudesse impor seu domínio colonial sobre todas as regiões do planeta, fazendo com que todas incorporassem o mesmo modo de ser que ela se constituía, tendo o poder de atribuir novas identidades geoculturais, implicando um processo de re-identificação histórica. Assim, foi criado o continente americano e europeu; e depois se estabeleceram a África, Ásia e Oceania. Nessa produção de novas identidades, a colonialidade do poder foi a mais ativa determinação, por definir a Europa como centro das significações do que é o esperado e desejado.

Para isso acontecer, as histórias, experiências, recursos e produtos culturais foram também articulados numa ordem cultural global em torno da hegemonia europeia. Ou seja, o novo padrão de poder mundial concentrou o controle da subjetividade, da cultura, e da produção de conhecimento, sob hegemonia dos ideais europeus em todas as populações e regiões colonizadas do mundo.

Quijano (2005, p.6) mostra como eles conseguiram articular e possibilitar esses padrões de poder:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Em terceiro lugar, forçaram –também em medidas variáveis em cada caso– os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

Assim, o eurocentrismo se impôs mundialmente ao mesmo tempo que se expandia o fluxo do domínio colonial da Europa sobre o mundo. Uma perspectiva hegemônica de conhecimento que tinha dois principais mitos

Um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p.7).

Desse modo, o resultado desse poder colonial teve consequências importantes. Uma delas é que os povos colonizados foram usurpados de toda sua subjetividade e singularidade fazendo com que a sua identidade fosse roubada e canalizada para um lugar inferiorizado, que não valia a pena ser resgatado ou desenvolvido. Implicando uma nova identidade racial, colonial e negativa, o lugar na história da humanidade não era visto. Essa nova perspectiva de conhecimento, baseada na

colonialidade do poder, fazia com que os não europeus fossem alocados no passado, sempre inferiorizados, e assim, primitivos.

O eurocentrismo impõe uma articulação maniqueísta da sociedade (não europeu/europeu, civilizado/primitivo, tradicional/moderno, racional/irracional), a partir de uma lógica unilinear de evolução da humanidade em que todas as culturas devem se transformar na cultura europeia para ter êxito. Essa lógica eurocêntrica chega em um ponto em que, para eles, quem não é europeu não possui racionalidade e por isso não são sujeitos, são objetos a serem estudados, justificando o porquê de dominá-los e explorá-los.

Para Quijano (2005), se analisarmos essa experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica funciona como um espelho que distorce o que reflete, pois a imagem que encontramos não é o que somos. Por mais que tenhamos tantos aspectos importantes históricos, materiais e intersubjetivos europeus, somos, ao mesmo tempo, profundamente distintos. Então, quando olhamos nesse espelho a imagem passa a ser parcial e distorcida. O problema de ver essa imagem distorcida é nós, cidadãos da América Latina, fomos conduzidos a aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente ao que somos. A partir disso, seguimos sendo que não somos, e por isso nunca vamos conseguir identificar nossos verdadeiros problemas e nunca iremos chegar a uma solução, somente de forma parcial e distorcida.

Said (1990) aponta que o europeu ganhou em força e identidade, a colocação identitária como o homem universal em comparação aos não europeus. Então, aqueles que não são europeus, são considerados diferentes e muitas vezes o ameaçador Outro, esse Outro tem muito mais a ver com o que o europeu pensa, do que consigo próprio. Essa posição do Outro é inferiorizada e tem como objetivo a submissão.

Com isso, é o eurocentrismo que rege as relações sociais hoje em dia, que faz com que as relações raciais sejam fundamentais para a constituição identitária. Resumidamente: quem é branco é privilegiado simbolicamente e socialmente, e quem é negro é submetido a essa categoria de outro, sendo negado de sua própria historicidade e identidade. Para a sociedade não importa o reconhecê-los como sujeitos, mas sim como um objeto a ser estudado e a ficar em anonimato, pois o que deve prevalecer é a constatação branca sobre ele. De tal forma que os brancos, utilizam desse modo de se relacionar com o Outro para manter esse padrão colonial das relações sociais até os dias de hoje, utilizando a raça como o fundamento para conseguirem colonizar outros povos e afirmarem sua constituição como homens universais.

Para exemplificar o pensamento acima utilizo uma frase do pensador Frantz Fanon (2008, p.103) “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia de desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos.”

Fanon é um filósofo, psiquiatra e psicanalista negro, nascido na ilha de Martinica. Ele é um dos pioneiros e mais importantes autores para a questão da raça e da colonização. Segundo Fanon, a opressão da colonização e o racismo, que fazia parte dessa estrutura, passaram a controlar subjetivamente os colonizadores e colonizados. Para ele, o racismo não é apenas uma manifestação individual, mas uma prática que está na estrutura da sociedade, em todos os âmbitos, social, econômica, histórica e cultural.

As consequências desse controle subjetivo abarcam os negros de forma que eles “compactuam” com a ideologia do branqueamento, pois não conseguem aceitar a si mesmos, a cor que têm, por essa alienação que a dominação colonial constitui. Com isso, os negros passam a fugir das características estereotipadas que são associadas aos não brancos, rejeitando a si mesmos e tentando cada vez mais se embranquecer para estarem compatíveis com a ideologia dominante. Essa conformação de uma realidade se impõe não só na negação da alteridade, mas também na sua captura subjetiva, que resulta um constrangimento de si mesmo, o que poderíamos entender como a vivência da humilhação social. No caso dos brancos, o sentimento de superioridade é o que prevalece, segundo o autor, pois para os brancos existe uma racionalidade clara do porquê de eles serem superiores. (FANON, 2008)

Então, o negro - e aqui quando me refiro ao negro que está embutido nas questões sócio-políticas na construção do que seja “o negro” na perspectiva do não-negro - não enxerga o branco como o colonizador que o oprimia, mas como a referência de homem universal que precisa se alcançar para conseguir ser aceito, pois o lugar em que ele se encontra é inferior ao do branco. Mas esse complexo de inferioridade que abarca o negro, ele é construído socialmente, não é uma produção individual do negro.

Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. (FANON, 2008, p. 95).

O mecanismo criado para fazer essa manutenção desse complexo de inferioridade é o racismo, que de acordo com Schucman (2012 p.33)

(...) o racismo é mais especificamente entendido como uma construção ideológica, que começa a se esboçar a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia, quando estes entram em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes, e se consolida com as teorias científicas em torno do conceito de raça no século XIX.

Ou seja, ele origina-se da doutrina que justifica a desigualdade entre os seres humanos não pelo poder dos conquistadores, que exterminam a população e a colocam em situação de escravidão, mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas, que colocam o branco como intelectualmente, moralmente, culturalmente e psiquicamente superior. (GUIMARÃES, 1999)

Para Grada Kilomba (2019) no racismo estão presentes três características. A primeira é a construção da “diferença”, a pessoa é enxergada como diferente de acordo com a sua origem racial ou religião. Essa diferença é em comparação ao grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma branca. Nesse aspecto, todos aqueles que não são brancos são construídos como “diferentes”. A branquitude é o ponto de referência onde todos os outros raciais se discriminam. Com isso, a discriminação faz com que as pessoas se tornem “diferentes”. A segunda característica é que essas diferenças estão ligadas a valores hierárquicos, ou seja, a “diferença” está articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade.

Tais valores hierárquicos implicam um processo de neutralização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o difícil”, “a/o perigosa/o”, “a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o”, e “a/o incomum”. Esses dois últimos processos - a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia- formam o que também é chamado de *preconceito*. (KILOMBA, 2019, p.75)

A última característica é o poder: histórico, político, social e econômico. A combinação de poder com preconceito forma o racismo. O racismo é a supremacia branca, então, somente os brancos podem performar o racismo, pois outros grupos racistas não têm esse poder, sendo organizados e por outras definições, como o preconceito.

É necessário entender como o racismo se desenvolveu no Brasil, o autor Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1999) é a referência aqui utilizada. O racismo está presente nas práticas sociais e nos discursos, mas não foi reconhecido pelo sistema jurídico. Ao analisarmos a história brasileira percebe-se que depois da abolição de 1888, as liberdades e os direitos individuais que estão escritos na constituição não são garantidos na prática, ou seja, as práticas de segregação e da desigualdade continuam sendo as mesmas de antes da abolição. Ao mesmo tempo, as elites brasileiras

transformaram o não-racialismo e a miscigenação cultural como ideais nacionais, que procuravam integrar todos os indivíduos no Estado-nação

Mas como funciona o racismo no Brasil? Por mais que a elite brasileira parece ser inclusiva, ainda assim acontece um racismo de atitudes, segundo o autor. Guimarães (1999) explicita cinco pontos fundamentais para entender quais os mecanismos e instituições sociais que fazem funcionar o racismo de atitude no Brasil. O primeiro é substituição da explicação das desigualdades sociais pela raça para o conceito de cultura, portanto, a noção de superioridade cultural e da civilização europeias como superiores à da civilização negras ou africanas, ditas como “incultas” ou “incivilizadas”.

O segundo é que a noção de cor substitui a raça. Ou seja, quanto mais escura a cor de pele, mais perto da ideia de raça negra estigmatizada e estereotipada ele está localizado, e quanto mais perto da cor de pele branca, mais superior ele está. Com isso, grande parte da população com ascendência africana e os brasileiros mestiços não se consideravam negros, mas ainda assim, tinham a autoestima perseguida por estes estereótipos. A terceira consideração é:

as relações raciais estão amparadas num sistema mais amplo de hierarquização social e de desigualdade de tratamento perante a lei que contamina todas as relações sociais. Se a segregação informal dos negros foi a norma no Brasil até pouco tempo, pode-se dizer, sem risco de errar, que o tratamento desigual dos indivíduos perante a lei é ainda hoje prática corrente e também informal no Brasil. (GUIMARÃES, 1999, p.107)

A quarta característica é que o racismo brasileiro foi negado pelo fato de que o preconceito só existia no país na relação de classe social, isso porque, o não racialismo brasileiro pressupõe que negar a existência da classe seria automaticamente negar o racismo, de modo que a discriminação pela cor de pele não é interpretada como discriminação racial, já que as raças não existem. A quinta é que a situação de pobreza e de indigência em que grande parte da população brasileira se encontra constitui, em si mesma, um mecanismo de inferiorização individual e que traz formas de dependência e subordinação pessoal que seriam suficientes para explicar condutas discriminatórias. O fato dessas condutas também serem observáveis em não-negros, ajuda a dissimular o racismo e a explicar o caráter da classe como a forma de ser preconceituoso.

Para entender mais profundamente as características da branquitude brasileira trago Florestan Fernandes, sociólogo pioneiro nos estudos de raça no Brasil. Em seu livro “O negro no Mundo dos Brancos” (2017) o autor analisa a sociedade brasileira e os modos de dominação racial.

Traz a característica de que no Brasil existe um preconceito de não ter preconceito, em que o cosmos moral do catolicismo ajudou a fundar essa ideia, de que para os brasileiros o preconceito racial é condenado, como se fosse um mal em si mesmo, mas se considera mais degradante para quem pratica do que para quem sofre. Ou seja, nas estruturas sociais de julgamento racial, se confere que o branco deixa de considerar quem sofre, o negro, para analisar somente do ponto de branco para branco que pratica o racismo. Com isso

“(…) o “branco” propende a um típico ajustamento de “falsa consciência”. Em lugar de procurar entender como se manifesta o “preconceito de cor” e quais são seus efeitos, ele suscita o perigo de absorção do racismo, ataca as “queixas” dos negros ou dos mulatos como objetivação desse perigo e culpa os “estrangeiros” por semelhante “inovação estranha ao caráter brasileiro”.” (FERNANDES, 2007, P.42)

Para o autor, esse mecanismo ter “preconceito de não ter preconceito” só é possível porque as transformações da estrutura da sociedade “não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e da ordem racial que presumia” (FERNANDES, 2007, P.43). Isso porque, não existiu um esforço sistemático para mudar a realidade racial vigente, há somente uma disposição para esquecer o passado e deixar com que as coisas se resolvam por si mesmas, o que equivale a uma condenação do negro à desigualdade racial em um mundo histórico construído pelo branco e para o branco.

Outra consideração importante que o autor traz é a desmistificação do mito da democracia racial, em que se considera que através da miscigenação o Brasil conquistou uma democracia racial, o que significa um país onde não existe preconceito, mesmo depois de tantos anos de dominação colonial. Para Florestan Fernandes, a miscigenação só produziria esse efeito se não tivesse uma estratificação racial. No Brasil, o histórico de uma ordem social escravista e a dominação senhorial já são fatores que condicionam uma estratificação racial. Com isso, essa miscigenação, que acontecia, mas de forma reduzida e sempre com uma resistência grande das camadas dominantes, serviu como discurso para impor uma estratégia de continuidade da ordem escravista, ou seja:

“O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravagista.” (FERNANDES, 2007, P.44)

Além disso, foi uma forma de acomodação para e aceitação de uma dura realidade, pois pós abolição da escravidão no Brasil, não foi implementado nenhum processo de democratização real

da renda, do poder e social em termos raciais. Por contrário, existia uma política nacional de embranquecimento da população, em que, quem se aproveitou das oportunidades que foram surgindo, foram os imigrantes recém-chegados no Brasil. A ideia de democracia racial passa a ser uma forma da branquitude escapar de lidar com as consequências da escravidão. Ficando a mensagem de que “O “negro” teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele – não do “branco”. (FERNANDES, 2007)

O autor declara então:

Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição” (FERNANDES, 2007, P 47)

Esse se caracteriza como o modus operante histórico da branquitude brasileira, que sempre se esquivou e criou mecanismos para se manter no poder. Por isso, agora vamos entender mais a fundo o que significa a branquitude.

BRANQUITUDE: ASPECTOS CONCEITUAIS

Para iniciar o capítulo sobre branquitude e conseguir aprofundar a temática, trago uma contribuição de Ruth Frankberg (2005), estudiosa renomada da branquitude, sobre o significado da última em oito pontos. A complexidade da questão exige um começo didático para o melhor aproveitamento da discussão; essa definição é resultado dos dez anos de trabalho que a autora se dedica a esse tema:

- “1) A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
- 2) A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e os outros e as ordens nacionais e globais.
- 3) A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificativamente raciais.

- 4) A branquidade é comumente redenominadas ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
- 5) Muitas vezes, a inclusão na categoria “branco” é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipo de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria.
- 6) Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio absolutos ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
- 7) A branquidade é um produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significado podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis
- 8) O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.” (FRANKBERG, 2005, p.312)

Com isso, depois dessa constituição de significado da branquitude, podemos compreender suas formas de atuação na sociedade. Em que, o racismo que os brancos fazem vem de um lugar estratégico, para que a civilização não lute contra os privilégios que eles construíram em cima da classificação racial, ou seja, para que eles não percam esses privilégios e permaneçam educando a população para cultivarem a supremacia branca, e não questionarem essa desigualdade, disfarçando-a e colocando em posição quase intocável para os brancos. Estamos falando, então, de branquitude. Para Ruth Frankenberg (*apud* BENTO, 2002), branquitude é um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais que normalmente são não-marcadas e não-nomeadas. Para a autora, é um ponto de vista, o lugar que as pessoas brancas enxergam a si mesmas, os outros e a sociedade.

Então branquitude é a lente que os brancos utilizam para criar um referencial de relação no tecido social e está ligada a essa posição privilegiada de permanecer em silêncio sobre as questões raciais, porque é dessa maneira que o poder dela sobre a sociedade continua intacto. Para Edith Piza (*apud* BENTO, 2002), a branquitude é a ausência de identidade racial de brancos e uma possibilidade de relativizar o poder branco, tendo como objetivo manter a superioridade de brancos sobre negros.

Nesse sentido o que Piza (2000) descreve é como se os brancos se entendessem como ausentes na história do país de opressão, como se eles tivessem chegado depois da escravidão, como se enxergassem a desigualdade como um fenômeno que acontece para todos, independente da raça. Então “Não reconhecer-se como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade.” (BENTO, 2002, p.27). Ou seja, é pela não implicação dos brancos, que eles continuam conseguindo com que a estrutura racista e desigual que temos continue a mesma do passado colonial, que ainda está presente.

Compreende-se então que a questão racial está constantemente reafirmando o projeto colonial da Europa ocidental. Os “termos raciais” (branquitude, negritude, indígenas) ainda são organizados por sistemas de classificação hierárquicos (FRANKBERG, 2004). Para Ruth Frankberg “No contexto colonial, a denominação das “culturas” e “povos” esteve muito ligada à prática de denominar e marca uma porção de Outros como seres considerados inferiores aos Eus “nacionais” que procuravam dominá-los.” (FRANKBERG, 2004, P.310). De forma a fazer com que essa inferioridade dos Outros fosse a justificativa para legitimar a colonização, pensando através do ponto de vista do colonizador.

Com isso, Frankberg (2004) argumenta que o mecanismo da branquitude seria: aparecer, autodenominar-se, violar, saquear, apropriar-se e tornar-se invisível. Onde a própria autora coloca a pergunta: Ou seria invencível? Esse mecanismo explicita a relação assimétrica que a branquitude ocupa no lugar social de privilégio que mantém. Em que, seu próprio mecanismo esteja tão compactuado com o manter essa supremacia branca que apenas se afirma que não é o Outro, indo novamente para as margens dessa falsa invisibilidade que traz consigo o silêncio da manipulação e da estrutura colonial que ainda temos.

Isto é, essa ausência de identidade racial branca, que significaria então, conseqüentemente, uma responsabilização pela situação racial que encontramos, se concentra principalmente na demarcação que o Outro existe e não na concretização da sua própria identidade opressora. Ao mesmo tempo, a branquitude é o ponto de vista a partir dos brancos, o que significa que essa não marcação só acontece para eles consigo mesmos. Em que todos os indivíduos que não são brancos conseguem perceber completamente as marcas da supremacia branca na sociedade e em si mesmos.

Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga negra e referência nos estudos sobre branquitude, em sua tese de doutorado traz dois elementos que estão ligados à constituição da branquitude: o narcisismo e o medo. O narcisismo vem como um elemento pautado nas defesas primitivas, onde

se expulsa tudo que é uma ameaça para a autopreservação egóica. No caso, os negros são vistos como uma presença ameaçadora, e os brancos fazem uma “falsa projeção” (Adorno e Horkheimer *apud*, BENTO, 2002) depositando nos outros impulsos de que tentam se livrar e não admitem como seus. Projetando impulsos negativos e desejosos, ao mesmo tempo, como a agressividade e a sexualidade, que viram características estereotipicamente do “outro”. Quando projetam esses impulsos conseguem livrar-se e reagir sobre eles; de acordo com a autora, é um tipo de paranoia característica de quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios.

Então, o narcisismo que ela expõe é essa falsa projeção como um modo de autopreservação, de colocar para o outro a suas próprias imoralidades, e de se proteger como grupo. Com isso, pelos brancos serem o grupo dominante, o psiquismo com problemas, enxerga argumentos objetivos para escolher o negro como inimigo a ser combatido, ganhando uma ideologia social que aliena a todos e que aparenta ser racional.

Aliado a esse fenômeno está o medo, o medo do Brasil se tornar negro. Esse medo se torna vigente próximo à abolição da escravatura, em que os negros libertos vão para as ruas do país. A elite desesperada investe nas políticas de imigração europeia e embranquecimento da nação, propagando até esterilização das negras e todos aqueles que eram considerados degenerados como política de saúde pública; esse tipo de consideração era feito pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Então, é esse medo que justifica ações para que a supremacia branca não se desfaça e continue sendo a norma.

Com isso, uma maneira de compreender melhor a branquitude é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e silenciosa, pois é esse silêncio que mantém os privilégios. O silêncio, a não implicação de si mesmo, o não se enxergar constituinte desse poder racial é o que protege os interesses e tira toda responsabilidade do branco da questão racial no Brasil. Pois “O silêncio não é apenas o não-dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.” (BENTO, 2002, P.167) Então, é como se os brancos, por possuírem poder sobre essa relação, ao silenciarem, fizessem com que ela não existisse, as pessoas não consideram essa desigualdade estrutural, culpabilizando outros fatores. Isso porque, apagar essa história é o modo mais fácil de permanecer no poder.

Esse silêncio compõe uma característica da identidade racial branca que tanto Edith Piza (2002) como Ruth Frankenberg (*apud* SCHUCMAN, 2012), argumentam que é a invisibilidade, a falta de percepção do branco como ser racializado.

Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros. As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (PIZA, 2002, p. 72).

Ou seja, os brancos entendem a sua cor como “normal”, enquanto o que fica visível são os outros não brancos, os “diferentes”, “anormais”. Esse tipo de invisibilidade só pode acontecer em uma sociedade em que a supremacia branca chegou a tal ponto de dominação, que os não brancos não conseguem pontuar isso, e ao mesmo tempo, os brancos não conseguem se compreender como mais uma identidade, mas sim como a única identidade racial normal. (SCHUCMAN, 2012)

Mas, ainda assim, surge o questionamento: Para quem a branquitude é invisível? Porque se analisarmos a branquitude é completamente perceptível e entrelaçada nas determinações sociais que temos, ou seja, o Outro que não é branco, percebe e convive com esta supremacia diariamente em suas constituições. Sendo assim, há então, uma falsa universalidade e invisibilidade por parte dos brancos, em que quem não é branco consegue determiná-la, mas os brancos continuam, pela estratégia de se manter no poder, a permanecer no não dito, na não responsabilização. (FRANKBERG, 2005)

Essa falsa universalidade e invisibilidade se mantém em um padrão de conveniência para os brancos, em que quando é pertinente passam a ser antirracistas, constituem então, uma visibilidade de sua branquitude, mas quando sentem que não é mais pertinente voltam para o não dito, para não ação concreta daquilo que significa ser branco na sociedade. Ou seja, passam a ser antirracistas de tempos em tempos e em situações diferentes. Essa postura não diz sobre todos os brancos, mas a maioria deles que compreende que o racismo é estrutural para a constituição social que temos hoje. (FRANKBERG, 2005)

Ser antirracista branco é uma postura que requer constante vigilância e aprofundamento das questões de ser, em todos os aspectos. É necessário que rompa-se com o olhar binário Eu – Outro que os brancos enxergam ao pensar a identidade racial, ou seja, não se pode manter o antirracismo branco em um lugar de ajuda, solidariedade, com uma pena sobre o Outro racialmente diferente, que é prejudicado, mas sim, um rompimento do binarismo historicamente colonial do Eu- Outro que mantém intacta essa falsa invisibilidade, que significa então a branquitude não dizendo seu

nome, não se apresentando como supremacia que mantém estrategicamente seus privilégios sociais. (FRANKBERG, 2005)

Por isso, que é necessário estudar as particularidades da branquitude brasileira que chegou a um ponto de poder que oprime e genocida a população negra de forma naturalizada, como se a realidade não pudesse ser mudada, um nível de poder que petrifica as ações. Então, para avançarmos na luta antirracista é necessário que aumente cada vez mais autores que se dedicam ao tema da branquitude, pois colocar o branco em questão é entender o papel do opressor em sociedades desiguais, para assim conseguir acabar com essa desigualdade.

PSICOLOGIA E BRANQUITUDE: DESCONSTRUÇÃO A PARTIR DO RECONHECIMENTO E DA CRÍTICA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Foi a partir dos anos 2000, que emergem os estudos sobre a branquitude no Brasil, construindo um campo de estudos que tensiona a invisibilidade e o silêncio histórico que vivenciamos por parte do branco. (CARDOSO, 2011).

O Brasil apresenta movimentos sociais da negritude bem estabelecidos e que compõem uma vasta rede para a reivindicação de direitos, e foi a partir dela, que conseguimos estabelecer a emergência dos estudos da branquitude. Trabalhar a branquitude é enxergá-la como uma questão fundamental para entendermos a sociedade e suas estruturas alienantes. Para superarmos essa identificação do branco como padrão normativo dominante, precisamos fomentar essa discussão e entender que esse é um dos pontos centrais para definir seu lugar social e suas possibilidades dentro da sociedade brasileira, é uma questão identitária que precisa ser pautada e desconstruída para todos.

A desalienação está exatamente no resgate da experimentação e da ação sobre a realidade. A desigualdade e a não consideração histórica faz com que o processo de subjetivação fique impedido, ou seja, a construção da sua própria realidade fique enclausurada na relação de dominância. E para quebrarmos esse pacto dominante precisamos entender que a realidade é um processo dialético que constitui modos de relações sociais e identitárias.

Esse TCC se utiliza da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica como chave de leitura do fenômeno investigado. Sem esgotar seus pressupostos ou apresentá-la como um manual de

conceitos, introduzo alguns conceitos que acompanharão minhas análises entre elas a dialética, sua base fundacional ancorada nos pressupostos marxistas, a desnaturalização dos fenômenos, a contradição dos fenômenos e a dimensão subjetiva.

A Psicologia Sócio-histórica entende o homem como ativo, social e histórico. O que significa que, por ser ativo, o homem produz a sua própria existência. O homem é social porque sua ação depende das relações sociais, e é somente participando da vida em sociedade que ele se torna indivíduo. O homem é histórico porque a sociedade é o movimento da ação do homem sobre a realidade, dessa forma, as relações e os fenômenos sociais estão revestidos de conteúdos históricos. Entender essas três concepções do homem faz com que não naturalizemos as determinações sociais. Ou seja:

Não há processos naturais, a vida humana é produto de sujeitos humanos que assim a produziram. Nesse sentido, tudo que é pode deixar de ser, pode ser alterado pela ação do homem. Por isso, o que encobre esse processo e impede esse reconhecimento deve ser enfrentado, em termos teóricos e metodológicos, quando da produção de um conhecimento crítico e em uma práxis transformadora.(GONÇALVES, 2015, p.67)

Para termos esse conhecimento crítico e a práxis transformadora que Gonçalves aponta, precisamos ter uma Psicologia que supera a naturalização e a simplificação dos fenômenos. Isso perpassa pela historicização para a sócio-histórica, porque se entende que o movimento de transformação da realidade perpassa pelo processo histórico de ação do homem na construção da realidade.

Nesse sentido a Psicologia Sócio-Histórica levanta a crítica, a partir da própria história da psicologia, que se consolida enquanto uma ciência que não leva em conta as mediações sócio-históricas que constituem o sujeito. Esse modo de compreender o sujeito, desconsiderando as determinações sociais, acaba por negar sua possibilidade de agente transformador das condições de opressão e, portanto, de uma sociedade igualitária, o que configura uma manutenção das assimetrias das relações. É o pacto com o status quo.

A partir disso, a noção de subjetividade individual e privatizada se constituiu, sendo propagada pela psicologia. Essa noção compreende indivíduo e sociedade como uma dicotomia, entendendo que são fatores opostos, contrários uns aos outros. Se consolidando a partir do liberalismo, porque a noção de individualidade se torna fundamental para o desenvolvimento do

capitalismo, que necessita propagar a ideia de homem como unidade básica da sociedade, na qual participa diretamente sem mediações, de forma a alienarem a liberdade de escolha para estabelecerem indivíduos que não acreditam na sua própria atividade em relação a sua construção identitária e social, mas sim, indivíduos que seguem as normas dos fenômenos naturais.

Essa concepção afirma a naturalização dos fenômenos, porque não compreender a possibilidade de construção da sua própria realidade pelo indivíduo, no sentido dele modificar o seu social e o social o modificá-lo, significa absolutizar e simplificar os fenômenos, não dando a possibilidade de transformação.

Por isso que é necessário a construção de uma Psicologia crítica, que seja capaz de desnaturalizar o sujeito, sendo o seu objetivo de estudo. Com isso, a categoria de historicidade é por onde isso acontece para a Sócio-Histórica, compreendendo a concepção materialista histórica dialética como o caminho para a construção de um conhecimento crítico, conforme aponta Bock:

Quando negamos a naturalidade de nosso desenvolvimento e de uma forma de ser e as afirmamos como sociais e históricas, passamos a ter em nossas atuações uma exigência indispensável: explicitar a direção de nossas intervenções profissionais. (BOCK, 2001, p. 30)

De acordo com Kahhale e Rosa (2009) o que a Sócio-Histórica busca é “... produzir conhecimento crítico com Psicologia, o que significa não submeter ao pensamento hegemônico; significa a busca pela historicidade dos fenômenos, na sua base concreta material; significa explicitar e romper com os processos alienantes, tanto singulares como coletivos.” (p.24). Isto é, a Psicologia Sócio-Histórica se caracteriza por fazer uma Psicologia crítica que aposta em sujeitos de direitos e que produzem transformação social, a partir da desnaturalização dos fenômenos que congelam nossa sociedade, dando a possibilidade do agir sobre a nossa própria realidade.

Por isso, o objeto de pesquisa da Psicologia Sócio-Histórica é a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, em que nessa pesquisa se aplica como a dimensão subjetiva da branquitude. Porque a subjetividade, por mais que seja individual, ela se constrói de forma social, com um conteúdo histórico e por um processo objetivo, perpassando entre o plano do objetivo e subjetivo. Ou seja, a dimensão subjetiva estabelece a síntese entre as condições materiais e as interpretações subjetivas, conseguindo construir a realidade como cada um vivência, com aspectos singulares da história individual, e aspectos sociais se entrelaçando. Porque a realidade é a expressão de valores que interpretam a vida, e o desenvolvimento concreto de forças produtivas.

A alienação está completamente imbricada na dimensão subjetiva, no caso do presente trabalho, os valores eurocêntricos definindo as constituições de indivíduo. Desalienar pode representar, portanto, um meio de desestruturar os mecanismos de opressão na medida em que o sujeito se apropria da sua condição de agente da história.

Com isso, é necessário produzirmos conhecimentos que superem a noção de naturalização, a universalização de conceitos e dogmas, a não consideração da ideologia que há por trás, a individualização da compreensão dos fenômenos. Para isso, é necessário reconhecer as mediações sociais e históricas que compõem os sujeitos e a realidade social, apontando as contradições das relações sociais a partir de seus aspectos ideológicos, reconhecendo o processo mútuo e intrínseco da relação indivíduo e sociedade. (GONÇALVES, 2015)

Martin Baró traz essas concepções de forma muito clara em seu texto “O papel da Psicologia” (1997), em que, afirma a necessidade da psicologia de assumir a perspectiva das maiorias populares. Precisamos mudar de lado, porque historicamente ficamos a serviço da lógica dominante, afirmando e disseminando a ideologia opressora para a população. Ele introduz o que compreende por consciência: “aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social” (BARÓ, 2017, p.14)

Para o autor o que fazer psicólogo está na conscientização. A conscientização pressupõe três aspectos: O primeiro é o ser humano entender a dialética da construção da realidade, um processo ativo, onde os indivíduos transformam-se ao modificar a realidade e a realidade se transforma enquanto as pessoas se modificam, é um processo em conjunto. O segundo é a superação dos mecanismos que oprimem e desumanizam, possibilitando novas práticas de ação que abarcam uma consciência crítica sobre a realidade. O terceiro é o novo saber da pessoa sobre a sua realidade que leva a um novo saber sobre si mesma, apropriando-se da sua ação transformadora, adquirindo um papel ativo, recuperando sua memória histórica o que possibilita uma determinação mais autônoma de seu futuro.

Com isso, a conscientização responde à situação de opressão, promovendo uma consciência crítica sobre as raízes, objetivas e subjetivas, da alienação. Para ele “A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional.” (BARÓ, 2017, p.18)

Ao relacionar os aspectos acima mencionados com a questão da branquitude se entende a importância e o porquê trabalhar esse tema em psicologia, é necessário que tomemos consciência crítica da opressão racial que acontece em nosso país e como ela define quem somos e nossas ações. Mas como Gonçalves e Baró afirmam, é necessário produzir e transformar a realidade a partir da conscientização dos indivíduos como ativos no processo de construção da realidade, como ativos para superar as opressões, e para isso, todos precisam entender sua responsabilidade.

Como brancos, precisa-se compreender que a construção da superioridade que nos define precisa ser discutida, e para isso, o silêncio sobre o tema precisa se desfazer, desconstruindo a ideia de que representamos o universal. O peso para a mudança precisa abarcar a todos, deixando de lado o individualismo para acionar o poder da ação sobre o coletivo. Ao entrarmos a fundo nas questões da branquitude, construímos um espaço de troca sobre o que fazer social, sobre posicionamento, sobre mudança, sobre romper com um fatalismo que a ideologia nos impõe, adquirindo a possibilidade de um posicionamento antirracista.

Com isso, é urgente entendermos os mecanismos de constituição da branquitude. Cardoso (2010) coloca dois tipos de branquitude: branquitude crítica que desaprova o racismo publicamente e a branquitude acrítica que sustenta a superioridade do branco e entende que o privilégio deve continuar a ser exercido pelo fato de ser branco. O autor ainda coloca que a branquitude é múltipla e sujeita a mudança.

Neste estudo nos interessa pesquisar discutir sobre a branquitude, na direção de um TCC antirracista, focalizando no processo de entendimento do indivíduo branco como ser racializado, como opressor e detentor de privilégios pela sua cor. Isso porque um dos grandes problemas da branquitude é a própria falsa ideia de invisibilidade racial, entendendo o ser branco como universal, o que nos faz considerar que um dos primeiros pontos para o indivíduo branco se entender como um ser antirracista é se entender como branco, que constituiu uma raça que oprime historicamente outras raças consideradas inferiores e realmente compreender esse desconforto.

Esse processo de se entender como uma pessoa que desaprova o racismo, requer desaproveitar os privilégios obtidos com a identidade racial. Como vimos, a realidade pode ser modificada pelo fato dela ser construída por sujeitos históricos, sociais e ativos. Assim, a essência da branquitude que significa a superioridade racial, pode ser desconstruída. Mas para isso, é necessário que os indivíduos brancos enfrentem cotidianamente o desconforto do fato de, por um lado serem o grupo opressor, e por outro colocarem-se contra a opressão. (CARDOSO, 2010)

MÉTODO

Esse trabalho se estruturou sobre os pressupostos de uma pesquisa qualitativa. De início foi realizado um criterioso levantamento bibliográfico sobre o tema e com autores de referência. Ao lado desses subsídios teóricos fiz uma seleção de um programa televisivo de entrevistas sobre o tema. A partir da análise dessas entrevistas discutimos a branquitude brasileira, tendo como precursor os convidados que estão sendo entrevistados. A produção em análise é a vigésima quarta temporada da série “Entrevista”, que oferece ao público coleções de entrevistas sobre assuntos importantes para a sociedade, trazendo especialistas sobre o assunto de diversas áreas. Durante quinze minutos a mediadora e os entrevistados conversam de forma franca e profunda sobre os assuntos em questão.

No caso da temporada 24, a série é composta de vinte e um capítulos, sendo Karen de Souza, uma das mediadoras e jornalista que compõe as outras temporadas e Lia Vainer Schucman, que além de curadora do conteúdo, também tem um papel como mediadora. As duas se dividem nas mediações das entrevistas. As entrevistas estão disponíveis de forma gratuita no site dos Canais Globo, ficando dentro do Canal Futura, na série Entrevista, vigésima quarta temporada. Nessa pesquisa foi feita uma análise de seis capítulos, dentro dos vinte e um que temos, fazendo uma seleção a partir do objetivo de pesquisa em questão.

Cada capítulo traz um convidado especialista do tema, em que as mediadoras, já conhecendo suas produções fazem perguntas direcionadas com o tema estudado. No **primeiro capítulo (“O que é a branquitude?”)** Lia Vainer Schucman é a convidada. Elas falam sobre a importância da discussão do tema, o significado de branquitude e contextualizam os estudos críticos da branquitude. No **segundo capítulo (O que é o pacto narcísico da branquitude?)** a convidada é a Cida Bento, onde se explica o que é o pacto narcísico da branquitude, mostrando a importância de se entender o pacto para as relações sociais e de trabalho. O **terceiro capítulo (“Quem é o homem branco?”)** é com Casé Antagu, que se fala sobre o a noção do homem branco, a mentalidade de uma alma colonizada e como os indígenas entendem esse homem branco. O **quarto capítulo (“Como o conceito de raça foi criado?”)** com Antonio Sergio Guimarães, explicando as origens e os interesses que tem por trás do conceito de raça. O **quinto capítulo (“Branquitude e Saúde)** com Mônica Mendes Gonçalves, fala sobre como a branquitude se manifesta na saúde, principalmente em relação ao SUS e ao Direito a Saúde. O **sexto capítulo**

(“Relação entre os povos brancos e indígenas”) com Geni Núñez, comenta sobre como os indígenas entendem os Jurua, esse lugar no mundo que os brancos ocupam, trazendo o que é o genocídio e a diferenciação com o genocídio que também sofrem. O **sétimo capítulo (“Vantagens estruturais dos brancos”)** é com Silvio Almeida. Se explica o privilégio branco, a vantagem estrutural e suas produções de subjetividade, como a identidade branca, comentando sobre o lugar dos brancos para a possibilidade de romper com o racismo estrutural.

O **oitavo capítulo (“Falsa ideia de neutralidade racial/pensamento decolonial”)** com Ana Helena Ithamar se explica essa falsa ideia de neutralidade racial que os brancos têm e como ela é construída, além de se discutir se é possível desconstruir a narrativa da branquitude via educação. O **nono capítulo (“Tipos de Branquitude”)** com Lourenço Cardoso explica a branquitude crítica e acrítica e como isso se manifesta no Brasil na atualidade. O **décimo capítulo (“Branquitude na Mídia”)** com Vinícius Belizário, falando sobre as manifestações da branquitude na mídia e como isso afeta o imaginário social e a luta pela equidade. O **décimo primeiro capítulo (“Herança da branquitude: Análise da branquitude nos últimos 20 anos”)**, com Cida Bento, apresenta um panorama na branquitude nesses últimos anos, trazendo a questão falta de entendimento da herança branca e outros conceitos importantes para se analisar a situação. O **décimo segundo capítulo (“Branquitude e orientações de gênero”)** com Geni Núñez, que fala sobre as consequências da colonização para as orientações de gênero e da sexualidade entre os povos que compõem o Brasil. O **décimo terceiro capítulo (“Branquitude na música brasileira”)** com Liv Sovik sobre como pelo MPB a branquitude se reafirma. O **décimo quarto capítulo (“Mestiçagem e Branquitude”)** com Joyce Lopes, fala sobre quais são os desafios enfrentados pelos mestiços no Brasil. O **décimo quinto capítulo (“Ser e Terra e possuir Terra”)**, com Casé Angatu, como as relações da colonização configuraram uma forma de se relacionar com a terra o que modifica as estruturas de dominação. O **décimo sexto capítulo (“Culpa branca e responsabilização”)** com Tatiana Nascimento, fala sobre o que seria a culpa branca a consequência disso para as negras e negros. O **décimo sétimo capítulo (“Entre o Branco e o Branquíssimo”)** com Lia Vainer Schucman, onde ela fala sobre sua tese e os diferentes tipos de pessoas brancas na cidade de São Paulo. O **décimo oitavo capítulo (“Branquitude e Esporte”)** com Marcio Tralci sobre como a branquitude se afirma a partir dos espaços atingidos no esporte e das modalidades esportivas. O **décimo nono capítulo (“Branquitude e Estado”)** com Stella Paterniani sobre como o Estado opera a partir da lógica da branquitude. O **vigésimo capítulo (“Branquitude e Judiciário**

no Brasil”), com Silvio Almeida, sobre como as leis brasileiras tratam os brancos. **O vigésimo primeiro capítulo (“Racismo Científico e Esporte”)** com Marcio Tralci como o racismo científico se afirmou no século XIX, e sua base sem fundamentos nenhum, mas que mesmo assim, como isso define a prática de muitos atletas no Brasil.

Para pensarmos a seleção dos capítulos desta pesquisa, trago o objetivo de pesquisa que é analisar as operações da branquitude na atualidade, pensando em sua forma estrutural, sua manifestação subjetiva de construção da identidade branca e como se apresenta pelos padrões sociais de poder. Além de querermos analisar uma possível construção dos brancos com a luta antirracista, pensando em quais são as contradições e possibilidades para isso acontecer. Com isso, a trajetória da pesquisa até aqui se justifica pela introdução trazer os principais conceitos e marcos históricos sobre como a colonização e a raça são o critério de poder fundamental, o eurocentrismo e suas implicações identitárias, como a raça opera no Brasil e as principais formas de atuação e constituição da branquitude. Já o capítulo Branquitude: Aspectos conceituais, nos embasa para pensarmos a construção da identidade branca e suas manifestações na forma de se apresentar nos padrões sociais de poder. O capítulo Psicologia e Branquitude: Desconstrução a partir do reconhecimento e da crítica na Psicologia Sócio-Histórica embasa nossa pesquisa para conseguirmos articular todos os conceitos pensando nas formas de constituição da subjetividade e da realidade social de cada um, sendo o elo para conseguirmos unir e articularmos o objetivo de pesquisa às frentes teóricas.

Com isso, os capítulos selecionados para a análise nesta pesquisa são: *Quem é o homem branco?*, *Relação entre os povos brancos e indígenas*, *Vantagens estruturais dos brancos*, *Herança da branquitude: Análise da branquitude nos últimos 20 anos*, *Mestiçagem e Branquitude*, *Culpa branca e responsabilização*. Se pensou em capítulos que tratam de temáticas que estejam conectadas com o objetivo de pesquisa, a fim de aprofundarmos a discussão, dando uma sustentação teórica e prática para as questões em análise. É importante deixar exposto que os outros capítulos que não foram selecionados contêm uma importância igual e se mostram pertinentes para a discussão, mas dada as condições de pesquisa se fez necessário essa seleção.

O método de análise da pesquisa qualitativa teve como referência o procedimento de núcleos de significação (AGUIAR e OZELLA, 2006), de forma a identificar as principais significações presentes nas entrevistas, em torno de alguns temas, relacionados ao objetivo da

pesquisa. Dessa forma, foram identificadas significações relativas à noção de branquitude; manifestações subjetivas; mecanismos de opressão; e antirracismo.

Essas categorias de significação foram identificadas nas falas por um processo de aglutinação, que partiu de pré-indicadores a partir da análise do discurso, que compuseram um quadro amplo de possibilidades. Eles foram selecionados através da repetição do tema, da ênfase que os entrevistados deram para ele, as ambivalências e contradições das temáticas e pela importância desses aspectos para compreensão do objetivo de pesquisa. Depois disso, se fez um processo de aglutinação, o que significa analisar as similaridades, contraposições e composições que os pré-indicadores têm em comum. Os indicadores nos elucidam as articulações dos significados utilizados pelos entrevistados, a fim de considerar as questões subjetivas, contextuais e históricas de cada discurso e da temática da pesquisa em si. (AGUIAR E OZELLA, 2006)

Com isso, a partir da organização dos indicadores, foram construídas as categorias de significação, inspiradas pelos núcleos de significação, que têm como tentativa expressar “os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem suas determinações constitutivas.” (AGUIAR E OZELLA, 2006, p.231). Refletindo as articulações da elaboração das categorias, explicitando o movimento e processo dos entrevistados, a partir dos objetivos do estudo.

ANÁLISE: CATEGORIAS DE SIGNIFICAÇÃO

Foram realizadas frequentes leituras dos Pré-indicadores e Indicadores com a finalidade de articular todas as temáticas apresentadas pelos entrevistados nas categorias de significação. Para tal foram criados quatro categorias de significação que expressam os pontos centrais para alcançarmos o objetivo dessa pesquisa, a saber: analisar (ou compreender) a branquitude na atualidade e seu mecanismo estrutural e a manifestação subjetiva da branquitude. Esse objetivo nos permite tecer algumas considerações finais sobre a possibilidade de uma luta antirracista assumida pelos brancos.

Categoria de Significação: Branquitude

QUADRO 1

Entrevistado:	Indicadores:
Casé Antagu	<i>O poder da branquitude de nomear o outro</i>
Cida Bento	<i>Herança branca que vem da escravidão</i>
Cida Bento	<i>Negro como Outro</i>
Geni Núñez	<i>Juruá: Modo de ser branco</i>
Silvio Almeida	<i>Lugar socialmente construído da branquitude</i>

A escolha da primeira categoria de significação ser a branquitude foi uma forma de expressarmos a branquitude nos seus mecanismos de constituição e opressão a partir das articulações que os entrevistados colocam.

Para começar essa discussão trago os pontos que Silvio Almeida coloca ao ser entrevistado, trazendo uma perspectiva estrutural do racismo, onde “se tudo acontecer em sua normalidade, o resultado será racista”. Para Silvio, a branquitude se constitui através de um lugar social que é construído a partir da racialização dos indivíduos, em que a posição social de cada indivíduo expressa uma experiência de contato com esse lugar socialmente construído da branquitude, tanto em forma de opressão como em forma de privilégio, na qual a sociedade em si é racista, mas dado uma lógica social de constituição. Dessa forma, ele explicita como o privilégio branco não se resume a uma natureza moral, mas as articulações sociais que fazem com que esse privilégio seja mantido e reforçado entre a sociedade.

Esse indicador que Silvio traz em sua fala do lugar socialmente construído da branquitude, pode ser articulado com os fatos que Cida Bento traz sobre a herança branca que vem da escravidão.

Em sua entrevista, Cida comenta sobre um dos seus trabalhos no movimento sindical, na qual a classe trabalhadora negra trazia essa questão da inferioridade de salários, dos setores mais atrasados da economia e do maior desemprego. Estes trabalhadores compreendiam esses fatores como uma herança da escravidão. Mas, ela questiona que os brancos que participavam dessas discussões não compreendiam que o porquê de eles terem cargos e salários maiores também era um fator da herança histórica da escravidão. Exemplificando assim, como a herança da escravidão constituiu esse lugar social da branquitude de privilégio.

Mostra também os mecanismos de sustentação dessa estrutura racista, em que, quando olhamos para a herança da escravidão, sempre se olha para o negro, mas nunca se aparece e se conecta que os brancos estão nessa situação também por causa disso. Cida traz esses apontamentos e articula que o fato do branco se colocar fora da história, o branco ausente da história desse país, é algo que chama a atenção para ela.

Outro indicador importante que Cida traz ao ser entrevistada é o Negro como Outro, nesse mecanismo de ausência e projeção do branco para com o negro. Ao comentar sobre o Pacto Narcísico da branquitude, conceito que é articulado no capítulo da Branquitude: Aspectos conceituais desse trabalho, ela traz a dimensão do medo. Este medo tem dois lados de constituição, na qual o branco se coloca como o lado positivo e constrói o lugar do negro como negativo, projetando todas suas questões negativas como fora de si, no negro. Ou seja, as dimensões negativas do branco são tiradas de si mesmo e colocadas no negro, como uma forma de projeção e articulação dessa branquitude. Ao mesmo tempo, quando os estudiosos colocam esse lugar do negro como Outro do branco é nessa projeção de existência e identidade que a partir do simbólico impõe preconceitos e condições de vida do negro que representam coisas tanto que o branco quer tirar de si, como coisas que queria ter para si nesse estilo de ser. Cida fala que o medo vem também dessa condição de vida que está por trás dessa condição social e identitária projetada no negro.

Esse Pacto Narcísico e a condição do negro como outro que Cida traz se articula com o que Casé Antagu fala em sua entrevista, do poder na branquitude de nomear o outro. Casé comenta que a noção do homem branco vem implicado com esse poder de nomear o outro, onde os indivíduos que desejam seguir os padrões físicos e culturais dos europeus, são esses brancos que alimentam os padrões raciais europeus. Trazendo para o Brasil, esse modo de condução do diferente que implica na identificação de todos como inferiores a esses padrões europeus.

Mas, Casé argumenta que esse mecanismo de identificação do outro para a elite brasileira, que é aqui representada em sua visão como o branco que impõe esse padrão europeu, se demonstra como uma alma colonizada, no sentido de desejar ser aquilo que ela não é. Colocando o complexo do espelho, de se olhar no espelho e não achar aquilo que ela quer ser, argumentando que o homem branco seria alguém recalcado.

Isto é, alguém que oprime e condena o diferente, mas que nunca alcança aquilo que gostaria de ser, o que faz com que seja cego esse movimento.; de acordo com Casé, a branquitude é cega para si mesma. No sentido de agir, mas não estar conectado nem com a identidade branca que

requerem para si mesmos, nem com o olhar para o diferente, o outro. Representando um modo de ser colonial, que para ele se resume como esse jeito de ser branco.

Geni Núñez em sua entrevista aponta que “todos os povos têm um conceito para nomear os brancos, nomeiam esse lugar no mundo, esse jeito de ser branco”. O que nos mostra como a branquitude é muito mais do que a cor da sua pele, mas como você se expressa e conduz sua própria realidade social.

Essa categoria de significação sobre a branquitude nos oferece elementos de como se estruturam historicamente a relação desigual entre as raças gerando sistemas relacionais de opressão. A próxima categoria subjetividade nos ajuda a compreender criticamente os modos de subjetivação dessa desigual relação.

Categoria de Significação: Subjetividade

Quadro 2

Entrevistados:	Indicadores:
Casé Antagu	<i>Triste como a subjetividade pode ser colonizada</i>
Cida Bento	<i>Branquitude: Privilégio x Mérito</i>
Geni Núñez	<i>Etnocídio e Genocídio</i>
Silvio Almeida	<i>Identidade não é algo que escolhemos</i>
Tatiana Nascimento	<i>Racialização dos brancos</i>
Tatiana Nascimento	<i>Racismo no plano da moral, culpa branca</i>
Tatiana Nascimento	<i>Manifestação Narcísica</i>

A partir da categoria de significação branquitude conseguimos entender que a branquitude tem um mecanismo de opressão que a mantem articulando formas de opressão. Para começar a análise dessa categoria, trago Geni Nuñez que em sua entrevista comenta a diferença e a

conceitualização de Etnocídio e Genocídio. Para ela, genocídio seria uma forma de nomear a morte de forma direta, ou através da fome, ou do envenenamento de terras, é uma forma de produção de morte direta. Enquanto, etnocídio seria uma forma de morrer simbolicamente.

Geni Nuñez é uma indígena que ao falar sobre as relações dos povos indígenas com a branquitude coloca em foco a forma como branquitude aplica esse etnocídio e genocídio nos povos originários. No sentido de ignorar a diversidade fenotípica, acionando a ideia do não existir, de que os indígenas estão fora do tempo e espaço da contemporaneidade. Com isso, é como se a branquitude afirmasse que não deveria existir indígenas no mundo, esse pensamento também pode ser aplicado para relação negro com branco no Brasil.

A partir disso, a entrevistada contempla que etnocídio seria uma forma de apagamento simbólico das identidades, em que a branquitude tem uma posição de entender as outras raças como não humanos, compondo assim, uma forma de opressão subjetiva que tenta apagar as identidades. Esse apagamento subjetivo é atravessado pelo material, no qual significa também o apagamento dos direitos indígenas, no sentido da relação com a terra, que é atravessada pelo capitalismo e a dominação pelo lucro. Para Geni, essa é a marca da identidade da branquitude, do controle identitário de apagamento. Citando um ditado indígena “eu não posso ser quem você é, sem deixar de ser aquilo que sou”

Essa é a luta indígena de lutar pela demarcação de terras, no sentido de estar contemplando tanto a forma de opressão material que eles sofrem como a simbólica, porque é pela terra que se conquista um lugar que foi rejeitado pela branquitude. Vale ressaltar que a terra para os indígenas tem um sentido e um significado diferente do que tem para o não indígena, a terra é a possibilidade para o indígena da manutenção da sua cultura, da expressão de vida indígena. Não se comercializa a terra, a terra não é entendida como uma propriedade, mas um espaço de promoção da vida em sociedade, da vida em cultura. Essa talvez seja a diferença crucial da relação do não indígena com a terra, este concebe a terra como propriedade.

Contemplando esse pensamento de Geni Nuñez, trago Casé Antagu, indígena, que em sua entrevista aponta a produção dos efeitos subjetivos nos colonizados. Coloca como aqui no Brasil os supostos brancos, que trabalhamos no primeira categoria de significação, permitem que sejam humilhados pelos europeus desde que esses possam subalternizar o outro; esse outro são pessoas de diferentes raças, diferentes daquele branco de pele que se assimila com o europeu, mas que o

européu também o coloniza simbolicamente para que esses brancos oprimam outros brasileiros e passem essa estrutura eurocêntrica.

Para contemplar essa análise da categoria de significação subjetividade o entrevistado Silvio Almeida emprega que a luta do movimento negro é afirmar a sua identidade, o que nos remete a esse etnocídio que Geni coloca, no sentido da luta contra esse apagamento simbólico da identidade. Para Silvio, a luta do movimento negro é afirmar sua identidade de falar “o mundo fez isso de mim, mas não significa que vou me curvar àquilo que o mundo quer que eu seja”. Ele coloca essa frase reconhecendo a luta daqueles que o antecederam e pontuando a mudança que precisa ser feita e que pode ser feita pelas pessoas negras pela luta contra essa opressão.

Para o entrevistado a identidade não é algo que escolhemos, tudo em volta do indivíduo traz um tipo de socialização que gera essa identidade, o modo como o capitalismo se organiza que forma isso. E as pessoas pensam que podem escolher suas identidades. Ele aponta, que há uma diferença entre identidade e identificação. Nesse sentido o movimento negro, indígena, feminista e LGBTQIA+ tem feito grandes conquistas de entenderem e assumirem essa identidade imposta, mas a necessidade de lutar contra essas imposições.

E pensando nessa compreensão do branco como indivíduo que oprime e sustenta essa estrutura de privilégios, Tatiana Nascimento articula como ela tem vivenciado a racialização dos brancos. Trazendo a culpa branca, que é um fenômeno de uma primeira racialização das pessoas brancas. Na forma de culpa, esses indivíduos brancos têm uma necessidade de afirmar na frente de pessoas negras, esse desconforto por ser quem é, uma tristeza por ser branco. Representado de forma falha esse mal-estar da opressão que os serve. Para ela, é importante essa manifestação da angústia para uma tentativa de mobilizar uma ação antirracista, mas o que vemos hoje em dia, é que os indivíduos culpados, acabam se paralisando.

Essa culpa branca paralisante não permite movimentação dos brancos, o que faz com que eles se apoiem nas pessoas negras para se posicionarem ou acolherem essa manifestação, demandando mesmo uma resposta dos negros, dado a culpa que sentem. Colocar a branquitude no plano da culpa é colocar o racismo no plano da moral, de acordo com a entrevistada. Mas, o racismo é uma máquina sociopolítica econômica que cria diversas situações de opressão.

Essa manifestação da branquitude pela culpa branca tira o foco da estrutura de dominação e remete ainda a essa ideologia colonial de sofrimento, da culpa como forma de redenção. E no caso da situação, não adianta pedir perdão. Para Tatiana essa forma de culpa é mais uma das formas

de livrar a branquitude de se posicionar ativamente sobre si mesmo e ainda, colocar no negro a necessidade de acolher e redimir essa pessoa. Representa mais uma vez essa estrutura racista de abstenção da branquitude de forma a ser uma estratégia de continuar usufruindo, mas agora culpado pelo fato e paralisado mesmo, o que faz com que ele seja aceito, mas não ativo na luta.

Para Tatiana quando pessoas brancas falam da culpa branca publicamente, isso causa uma desconfiança nela, ela acha que o colonialismo põe pessoas negras em um alerta constante, sempre se sentindo ameaçadas. Ela entende essas falas como uma manifestação narcísica, no sentido de tentar exercer um protagonismo, mas um protagonismo que exige muito recurso emocional dos negros. Isso porque, se os negros não apresentam essa redenção, volta para uma questão da moral, de desculpar ou não pela opressão que os brancos provocam. Isso é a manifestação narcísica a questão retorna para o branco ser perdoado ou não, um palco para sua própria racialização, ou seja, voltam o protagonismo para quem não está sofrendo essa opressão. E ainda a entrevistada pontua “Por que eles não conseguem protagonizar a própria branquitude?” Por sempre colocarem essa questão do racismo como moral, dessa necessidade da redenção das pessoas negras e do não ativamento da tentativa de protagonizar ações antirracistas.

Para finalizar essa articulação da categoria de significação subjetividade, Cida Bento traz em sua entrevista como o Branco se sabe expropriado, mas isso é transformado em mérito. O que ela diz é que o branco usa do mérito para justificar seu privilégio. A entrevista afirma que o branco sabe do seus privilégios o tempo inteiro, tendo uma intencionalidade e repetição inocente desse privilégio. Articulado que a branquitude defende esse privilégio ativamente, sempre buscando iguais para rodeá-los, ou seja, sempre buscando brancos para ocupar lugares qualificados, e existe uma intencionalidade de não colocar o negro nesse lugar. Essa intencionalidade diz sobre os mecanismos subjetivos que perpassam para o material do branco continuar essa manutenção do seu privilégio.

Por isso, é importante analisarmos os mecanismos de opressão estruturais que compõem esse manejo da supremacia branca.

Categoria de Significação: Mecanismos de opressão

Quadro 3

Entrevistado:	Indicadores:
----------------------	---------------------

Cida Bento	<i>Racismo Institucional</i>
Cida Bento	<i>Pacto Narcísico</i>
Joice Lopes	<i>Política de embranquecimento/Ideologia da mestiçagem</i>
Silvio Almeida	<i>Racismo estrutural, espaço de racialização e privilégio branco</i>
Tatiana Nascimento	<i>Maquinário do racismo estrutural</i>
Tatiana Nascimento	<i>Colonização das Américas</i>

Para começar essa análise da categoria de significação Mecanismos de Opressão, Silvio Almeida traz em sua entrevista o racismo estrutural. Para ele, uma pessoa branca não é apenas pela cor de pele, mas porque ela é socializada a partir de vários elementos que constituem essa pessoa como branca, a partir de violências, políticas, de um lugar jurídico e econômico, uma esfera social que constitui a branquitude. Do mesmo modo que o negro passa por esse espaço de racialização, em que, ele coloca, que uma pessoa negra não tem as mesmas condições que as brancas, sendo uma posição de vulnerabilidade social.

Para Silvio, a raça é um espaço político, demonstrando um lugar estruturalmente construído de racialização das pessoas. Esses espaços de racialização são lugares onde as pessoas vão ser identificadas e se identificar como brancas e negros. Mas, a construção estrutural já especifica que ser negro ou branco vai determinar suas chances na sociedade.

O que se identifica com o que Cida Bento traz em sua entrevista sobre racismo institucional. Para ela, as normas e as regras das instituições funcionam de maneira quase automática para reproduzir as mesmas pessoas nos mesmos lugares, os mesmos perfis nos mesmos lugares, perpetuando a lógica da branquitude. Com isso, ela comenta, que as formas de algumas instituições funcionarem favorecem essa reprodução da branquitude, compondo com esses espaços de racialização de identificação do branco e negro como desiguais e perpetuando isso. Essa questão demonstra o pacto narcísico da branquitude, na forma de defender seu privilégio branco. Privilégio branco para Cida é ocupar lugares mais qualificados e se rodear dos iguais brancos nesses espaços.

Esses espaços por constituírem modos de manutenção do privilégio branco, eles oprimem outras raças em prol dessa continuidade do privilégio branco. Nesse sentido, Tatiana Nascimento coloca em sua entrevista: “Será que tem alguma coisa do maquinário do racismo estrutural que não

nos oprime?”. Tatiana aponta que ela sempre se lembra do que é viver em um mundo dos brancos, que é a colonização das américas: o espaço é criado pela gente (negros) e nunca para gente, sempre para ser ocupado para outras pessoas. Expondo o maquinário do racismo estrutural no Brasil, em que o racismo é criado para o melhor viver das pessoas brancas, mas as mãos de trabalho e que constituem a maioria da sociedade é negra. Para ela, é importante as pessoas negras criarem bons modos de viver, para se fortalecerem e comporem contra essa estrutura.

A partir disso, é interessante para análise dessa categoria de significação pontuar a história brasileira e os modos de operação estruturais desses mecanismos de opressão. Para isso, acredita-se que a entrevista de Joice Lopes em que ela trata sobre política de embranquecimento/ ideologia da mestiçagem é uma boa contribuição. Joice aponta que a ideologia da mestiçagem é um investimento enquanto política do estado acerca das relações sociais, um projeto racial pensado a partir de uma perspectiva higienista, amparado na possibilidade de embranquecimento do país.

A ideia da branquitude era embranquecer o país para que ele seja o mais parecido com a Europa possível, importando que a referência é a Europa para os brasileiros. A lógica estrutural por trás dessa ideologia de embranquecimento é favorecer a branquitude. Joice comenta que quando um sujeito vai se embranquecendo ele tende a se identificar com a branquitude, o que faz com que isso seja um projeto político de estado, de nação. No sentido de colocar a meta sermos Europa e brancos, então quando se investe em um embranquecimento de pele da população ela também acaba se identificando como forma de manipulação com essa branquitude, o que dá mais poder para o movimento de embranquecimento e poder de sustentar essas formas de opressão.

Depois dessa análise sobre os mecanismos de opressão, é importante ressaltar os modos de luta contra essa mesma estrutura. Por isso, a próxima categoria de significação é sobre o antirracismo e traz essas ponderações e considerações.

Categoria de Significação: Antirracismo

Quadro 4

Entrevistado:	Indicadores:
Casé Antagu	<i>Modo de ser branco x Modo de ser não branco</i>
Geni Núñez	<i>Colonialidade x Colonização</i>

Silvio Almeida	<i>Luta antirracista</i>
Tatiana Nascimento	<i>Ação Paliativa no antirracismo branco</i>
Tatiana Nascimento	<i>Responsabilização</i>

Para começar essa análise da última categoria de significação antirracismo é importante entendermos a diferença entre colonialidade e colonização. Geni Núñez aponta em sua entrevista que os brasileiros em geral aprendem que a colonização acabou, mas o movimento indígena pauta que não, que a colonialidade são essas formas contemporâneas da colonização continuar. Sendo assim, a colonialidade é uma atualização da colonização. Conseguimos ver como a estrutura social brasileira ainda está pautada nas mesmas formas de opressão que tínhamos quando se era colônia.

Ao se constatar isso, é importante pensarmos como a branquitude se empenha em sustentar esses sistemas de opressão que mantem seu privilégio, como colocamos em todos as outros categorias, mas há uma possibilidade da branquitude agir contra essa própria maré que repercute?

Para Tatiana Nascimento em sua entrevista ela pontua a diferença entre responsabilização e culpa branca. Ao se pensar a ação antirracista das pessoas brancas Tatiana coloca que elas vão ter que buscar suas próprias respostas, conectando com o conceito de culpa branca que foi abordado na categoria de significação subjetividade. Com isso, a entrevistada pontua que pessoas brancas precisam entender a racialização de si mesmas como responsabilidades delas, lidando com essa culpa branca moralizante. Ao lidar com essa culpa em suas próprias instâncias as pessoas têm coragem de se responsabilizarem por suas ações e pensamentos. Para Tatiana, responsabilização é íntimo, coletivo e experimental, e a busca desse caminho é diária. Além disso, ela critica que as pessoas brancas parecem querer uma fórmula para serem antirracista, uma lógica do perdão para seguirem e ainda pontua que a responsabilização não é ser menos racista, mas ser menos sinistro.

É importante entender a crítica que Tatiana traz sobre o modo de ser branco antirracista. A responsabilização é a tomada de consciência e tentativa de descolonizar a subjetividade de um sujeito que atuou e foi educado para manter essas estruturas do privilégio branco. A entrevista aponta também que existe um delírio branco de destruir a máquina estrutural racista que temos, o que parece para ela como um delírio salvacionista. Essa constatação é importante para entender como a branquitude estrutura suas possibilidades de ação, acreditando que tem o poder de destruir os mecanismos racistas, se considerando, em certo sentido, superior àqueles que lutam por isso há mais de décadas. Ou seja, alguns brancos realmente acreditam que são especiais o suficiente e

compreendem sua branquitude de tal forma que podem criar um impacto de destruição do maquinário racista. Representando como esse próprio pensamento já é uma forma colonial e de expressão do poder da branquitude, por se achar superior e que irá salvar os negros e indígenas, do mesmo modo que a escravização tinha como justificativa a salvação pela religião católica dos povos indígenas e negros. Ou seja, aqui se exemplifica como a colonização e a branquitude são muito mais complexas e pegajosas em nossas subjetividades do que se assume pelos brancos e como a possibilidade de luta antirracista tem que ser pensado a todo tempo, porque as contradições da próprias branquitudes irão acontecer.

Para Tatiana, esses desejos brancos de acabar com o racismo são tentativas heroicas e públicas que se assimilam com a culpa e são infecundas. O caminho, de acordo com a entrevista, são mudanças paliativas, que mudam concretamente e diariamente o impacto do racismo nos negros e brancos. Para ela, os brancos não vão fazer mudanças na estrutura racista.

Nessa perspectiva de se pensar luta antirracista pelos brancos Silvio Almeida pontua outras considerações. Trazendo dois comentários que podem estruturar seu pensamento para o que significa a luta antirracista dos brancos. Ele comenta: “O compromisso antirracista dos brancos se mede pelo seu compromisso político de entrar em conflito com aquilo que permite que eles vivam uma vida que vale mais que a dos negros” e “ O critério da verdade é a prática”.

Para entendermos mais o que significam essas duas frases, Silvio pontua que para desarmar, desconstruir as máquinas que reproduzem as estruturas nas quais a raça é criada os brancos devem deixar de existir naquilo que faz eles terem uma identidade branca, a branquitude deve parar de existir. A luta é contra o processo de criação da raça, não contra os brancos, o entrevistador coloca, e por isso, os brancos têm um papel fundamental de desconexão da identidade branca, que é a ideologia, de se conectar profundamente, buscando uma desconexão da constituição da subjetividade do lugar do branco.

Isso na ação seria ter uma responsabilidade política, apresentando formas e projetos que desconstruam as máquinas que reproduzem a branquitude, modificando nossas referências estético políticas. Para Silvio, a questão é destruir essas máquinas, principalmente aquela que produz o desejo de ser branco, por onde a branquitude funciona.

Silvio pontua que precisamos produzir formas do imaginário diferentes, sendo subversivos do ponto de vista artístico, apresentando possibilidades de mundo que superem essa loucura codificada que é a raça, retirando assim, o racismo da sua naturalidade.

Essa apresentação e análise das categorias de significação nos fornece elementos necessários na construção de uma sociedade mais equitativa. Sobre esse aspecto teço a seguir minhas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, recupero o objetivo da pesquisa de analisar a branquitude brasileira na atualidade, entendendo as operações que a constituem, pensando em sua forma estrutural, a manifestação subjetiva da construção da identidade branca e suas estratégias de poder, replicando os padrões sociais e individuais. Além de entendermos uma possível participação dos brancos na luta antirracista, pensando em suas contradições e possibilidades.

Primeiro, é importante dizer que esta é uma tentativa de buscar uma análise da branquitude de forma ética e que componha uma desconstrução e conscientização dela, mas esta pesquisa não alcança um esgotamento do tema e entendo como um ponto de partida para uma luta política que me proponho fazer como futura psicóloga e mulher branca na sociedade brasileira.

Retomando Kahhale e Rosa (2009) a Sócio-Histórica tem como busca produzir um conhecimento crítico em Psicologia, não se submetendo ao pensamento hegemônico, rompendo com os processos alienantes, singulares e coletivos. Articular essa busca com a branquitude é apostar em uma psicologia crítica, que entende os indivíduos como sujeitos de direito. Procuo assim, a partir de um olhar crítico para a branquitude colaborar com uma transformação social, desnaturalizando este fenômeno e buscando uma responsabilidade dos próprios brancos para a ação na realidade brasileira.

Precisa-se assumir as manobras estratégicas que a branquitude prevalece e compõe na sociedade brasileira, entendendo como cada indivíduo repercute essas estratégias e colabora para uma manutenção da supremacia branca. Questionando assim, essa falsa universalidade e invisibilidade da branquitude, que se mantém em padrão de conveniência. Em tempos em que o individualismo e ação política estão cada vez mais consagrados por uma superficialidade e ondas relacionais, provocada em partes pelas redes sociais, é importante criticar os brancos antirracistas que passam a se colocar desse modo de tempos em tempos e em situações diferentes, pensando somente em seu benefício próprio com a sociedade, ou seja, quando está em alta e é algo que vai

te dar status você se declara antirracista, mas quando é para se posicionar contra a violência real, o silêncio retorna.

A compreensão de que o colonialismo e a branquitude estão sempre nessa composição identitária do branco, partindo do pressuposto que de início quem é branco está constantemente em busca da manutenção de seus privilégios, provoca, que para uma possibilidade de luta antirracista, a vigilância diária e constante de suas relações e movimentos de ação seja um valor fundamental para uma possibilidade de ser um aliado na luta antirracista, o que diz sobre a responsabilização de seu próprio ser.

Responsabilização no sentido de sair da culpa branca que compreende o primeiro passo de que por ser branco você oprime e busca manutenção dos seus privilégios, ficando em um estágio de paralisação de ação e demanda do negro e indígena para sua racialização. Para um estágio de real responsabilização e atuação na sua realidade vivencial, conseguindo compreender as gosmas da branquitude que são difíceis de serem desconstruídas, afirmando uma postura crítica constante e diária a si mesmo.

Abarcar uma postura crítica da branquitude permite um resgate e composição da experimentação e da ação dos brancos sobre a realidade, rompendo com esse pacto de manutenção do privilégio branco. Para que uma pessoa branca rompa com esse enclausuramento da sua relação como dominante, é necessário compreender as considerações histórias e reativar, no sentido de conscientizar, o processo de subjetivação que o constituiu como sujeito. Adquirindo assim, responsabilização pela realidade que o cerca, entendendo como a construção identitária compõe esse processo. Buscando se inserir em outros contextos sociais que deslocam esse lugar do falso universalismo, se aliando a negros, indígenas, a lutas que dizem a respeito de uma retomada dos direitos humanos e colocam em relação crítica a branquitude. É importante, ainda, assumir como esses movimentos, principalmente negro e indígena, adquiriram grandes conquistas para que esta discussão da branquitude seja uma pauta na atualidade.

O enfrentamento da branquitude, desse lugar racializado que vivemos como uma estratégia de reprodução colonial precisa ser enfrentado, lutar contra o racismo em todas suas camadas precisa ser um compromisso ético de todos os psicólogos, não se pode mais apagar a relevância dessa questão frente à desigualdade social que temos hoje. Sabendo ser críticos nos lugares sociais que estamos, entendo que as limitações que foram impostas para estas discussões são modos de manter o Brasil em uma estrutura colonial.

Acredito que a mobilização que este trabalho causou em mim, diz sobre um lugar que não se acaba com o término desta pesquisa, se faz mais forte dado o contexto nacional que estamos vivendo, de uma política que aposta na morte e na supremacia branca como direito, em um lugar em que, se não nos rebelarmos, se não formos subversivos e assumirmos os genocídios e etnocídios em cursos, não conseguiremos compor com esse momento histórico que estamos vivendo.

Esta pesquisa abre questionamentos e perguntas sobre o tema e sobre a importância de uma movimentação política. Apostando em um Brasil mais igualitário, com cada vez mais pessoas ativas e protagonistas de suas próprias realidades, mas sempre compreendendo que os mecanismos que constituem as estruturas brasileiras, tanto sociais como individuais, precisam ser completamente modificados e desconstruídos.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A.M.B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In. BOCK, A.M.B; MARCHINA, M.G.M; FURTADO, O. (orgs.) *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BENTO, M.A. *Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.
- CARDOSO, L. *Branco-Objeto: O movimento negro situando a branquitude*. Juiz de Fora: R. Est. Pesq., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706>. Acesso em: 7 de jun.2020
- CARDOSO, L. *Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista*. Manizales: Rev.latinam.cienc.soc.niñez juv, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rllcs/v8n1/v8n1a28.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2020
- ENTREVISTAS – BRANQUITUDE. Produção Karen de Souza. Apresentadoras: Karen de Souza e Lia Vainer Schucman. Curadoria: Lia Vainer Schucman, 2020. 21 vídeos (estimado 15 minutos cada). Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/entrevista/t/97GPqC181H/>. Acesso em 30 de outubro de 2020.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2 ed. Revista. 2007.
- FRANKENBERG, R. *White woman, race matters: the social construction of whiteness.* , Mineapoles: University of Minneasota Press, 1999.
- FRANKBERG, R. As miragens de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). *Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307-338, 2004.
- GONÇALVES, M.G.M. Vol.3. *Práticas e saberes psi: os novos desafios a formação do psicólogo*. Florianópolis: ABRAPSO Editora e Edições do Bosque, p.65 a p.84, 2015. Disponível em: http://www.encontro2016.minas.abrapso.org.br/resources/download/1459007573_ARQUIVO_PraticasSaberesPsi.pdf#page=73. Acesso em: 6 jun. 2020.
- GUIMARÃES, A.S.A. *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc., v. 14, n. 39, p. 103-115, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>. Acesso em: 16 Mai. 2020

AGUIAR, W.M.J; Ozella, S. *Núcleos de Significação como instrumento para apreensão da constituição de sentidos*. Brasília: Psicol. cienc. prof. v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=en&nrm=iso .Acesso: 19 Mar. 2021

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KAHHALE, E; ROSA, E. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, A.M.B; GONÇALVES, M.G.M; REY, F.L (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio histórica*. São Paulo: Cortez, p. 19 – 53, 2009.

MARTIN-BARO, I. *O papel do Psicólogo*. Natal: Estud. psicol., v. 2, n. 1, p. 7-27,1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PIZA, E. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: HUNTLEY, L e GUIMARÃES, A.S,A (orgs). *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 97-125, 2000.

PIZA, E. Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In Caron, I; Bento, M.A (Orgs.), *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p.59 a 90, 2002.

QUIJANO, A. *A colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

SAID, E.W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHUCMAN, L.V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”; Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.